

Contribuintes se mobilizam contra o pagamento do IR

Na próxima segunda-feira, dia 30, os integrantes do movimento de defesa do contribuinte de Brasília discutem com um tributarista as alternativas possíveis para não serem lesados pelo leão do Imposto de Renda. Das sugestões feitas pelos contribuintes para serem analisadas constam, entre outras, a inadimplência geral.

A intenção do movimento, segundo o funcionário público João Avila, presidente da mesa eleita para coordenar os trabalhos dessa mobilização, é o de "fazer um barulho tão grande para ser ouvido pelo Governo Federal". Em outras palavras, isso significa reivindicar que mais mudanças sejam feitas no IR deste ano. Avila explica que o aumento do número de quotas de seis para oito, mudança definida no último dia 19, é apenas um retorno à legislação anterior. Em relação à prorrogação do prazo, ele destaca que "não se trata de uma novidade".

Os contribuintes insistem que o encontro de contas —

ou seja, descontar do imposto a pagar deste ano a restituição referente ao ano-base 85 parcelada pela Receita em quatro anos — seja feito assim como a correção do imposto retido na fonte no ano passado. A orientação dos líderes do movimento é a de que o contribuinte que esteja disposto a pagar não o faça em valores superiores ao total já descontado na fonte.

A inadimplência, entretanto, acreditam eles que seria a alternativa de maior pressão "e com o imposto não declarado, seria difícil a Receita encontrar a todos, apesar de seus computadores". A sugestão é de um integrante do movimento que faz questão de enfatizar que a defesa desse inadimplente detectado teria que ser feita de forma coletiva, o que é possível, de fato, a partir da organização do movimento que tem ambição de se tornar uma entidade para a defesa dos direitos do cidadão.

Com o objetivo de espa-



IMPOSTO

lhar o movimento em todo o País aderindo aos que já existem em outros estados, como São Paulo, por exemplo, ou incentivando a mobilização dos contribuintes insatisfeitos nos demais estados, os contribuintes de Brasília pensam numa articulação com sindicatos e centrais de trabalhadores, entidades que já garantiram o apoio às reivindicações e aos manifestos do movimento de Brasília.

O apoio de parlamentares está sendo considerado de extrema importância

pelos contribuintes para que o movimento tenha sucesso. Segundo o funcionário público Yamil Dutra, líder da mobilização, é preciso fazer um verdadeiro lobby no Congresso. Ele destaca que há vários parlamentares que se opõem as atuais condições do Imposto de Renda mas desistem de fazer pressão por que sofrem o esmagamento de um verdadeiro rolo compressor partidário. Ou seja, são levados a não falar por influência de outros integrantes de seus partidos. Mesmo assim, há o apoio declarado de políticos do próprio PMDB, do PDS — senador Jarbas Passarinho — e do PDT.

Na primeira reunião do movimento, realizada no dia 13 último, compareceram apenas oito contribuintes, no encontro de quarta-feira, esse número havia sido decuplicado e a promessa de cada um foi levar mais dois ou três para a reunião de segunda-feira que será realizada no auditório da Ordem dos Advogados às 19h30.

Inadimplência pode quebrar o Leão

FERNANDO SCRIPILLITI
Da Sucursal

São Paulo — O que aconteceria se 5 por cento dos contribuintes do País não pagassem imposto de renda? Caos no sistema judiciário? Perdas na arrecadação? A polêmica, acentuada desde o início da campanha "diga não ao leão", iniciada pelo *Jornal da Tarde*, deve estar preocupando o Governo.

O tributarista e presidente do Sindicato dos Advogados de São Paulo, Ives Gandra Martins, é favorável a uma pressão "até o último minuto" sobre o Governo e faz questão de deixar claro que não prega a desobediência civil, mas sim a luta do contribuinte para que o Governo alivie a pressão tributária.

Quais seriam as consequências, em todos os níveis, se 5 por cento dos contribuintes do País resolvessem não pagar imposto de renda?

Nós criaríamos um grande impasse técnico para a Justiça. Dos 4 milhões de contribuintes do País, 5 por cento representariam 200 mil contribuintes que deixariam de pagar.

Vamos analisar o caso de São Paulo, que tem 100 mil dos 200 mil contribuintes do País. A distribuição adicional de processos para os juizes (21 no Estado), seria de 5 mil processos para cada juiz, que já estão superlotados de trabalho. A entrada adicional desses processos, cada qual deles com seus próprios advogados, e argumentos dos mais variados, analisados em separado, demorariam 15 ou 20 anos para serem julgados. Isto se não houver nenhuma anistia.

Falamos em São Paulo, que tem 2 milhões de contribuintes. E a situação a nível nacional?

E bem pior. Nos estados do Amazonas e Rondônia, por exemplo, temos só um juiz federal, que já tem todos os processos normais

acumulados. A situação criaria um "caos" no sistema judiciário do País.

E as perdas na arrecadação?

Em níveis de perda de receita do Governo, também estou palpitando. Entendo que a classe média é aquela que terminará deixando de pagar. E que tem muito imposto a pagar, o acréscimo seria de 50 por cento — por não ter pago — e mais 20 por cento se houver processo, na inscrição da dívida. Isto tudo com correção monetária e juros moratórios.

O que representa isto?

Quem tem uma grande importância a pagar, também tem recursos. Tendo recursos terminará protestando, mas pagando. Já a classe média, que gastou acreditando que não teria que pagar mais, será a mais atingida. Se o Governo apenas aumentasse as faixas, já reduziria sensivelmente o número de contribuintes. Se o Governo

permitisse que a retenção fosse corrigida em índices de 20 por cento (não precisaria ser da correção) — reduziria-se também o número dos contribuintes que foram mais afetados. Esses são aqueles que gastaram e não têm como pagar, ou seja, a classe média.

Então a perda de receita seria desprezível?

Sim, o Governo está com inúmeros processos em andamento, onde é credor de valores substanciais, que seriam afetados pelo acúmulo de trabalho da Justiça.

Então o Sr. apóia as pressões sobre o Presidente?

Isto é um ato de inteligência. Se o Governo não se mostrar sensível vai ser obrigado a fazer no futuro o que fez nos últimos 20 anos: dar uma anistia a cada dois e meio ou três anos, para limpar as repartições públicas, dos processos que não consegue pagar.